

# **A gramática urbanística como valor patrimonial nos núcleos urbanos de influência portuguesa**

Marcela Santana

## **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo analisar aspetos comuns referentes à produção urbana em cidades de origem colonial localizadas nos diversos contextos de influência portuguesa. Para tal, tem-se como base alguns textos produzidos por Rossa (2002; 2012; 2014; 2015), cujo eixo de investigação está centrado na cultura do território portuguesa, onde são discutidos conceitos como património urbanístico, invariantes do urbanismo português e gramática urbanística. A discussão tem como objeto cidades capitais de antigos territórios coloniais, aqui entendidas como palco do exercício de poder dos colonizadores portugueses, nas diversas escalas. O universo a ser tratado é aquele decorrente dos impérios portugueses, tendo em conta um alcance de cidades com contextos e realidades completamente distintos: na América Latina, África e Ásia. A partir da análise empírica de alguns casos, foi possível concluir que a urbanística de influência portuguesa se desenvolveu de forma a se adaptar aos diferentes contextos geográficos. Verificou-se a existência de algumas invariantes urbanísticas que compõem a estrutura destas cidades e que lhe conferem “familiaridade”, o que não está associado a um modelo urbanístico. Por fim, ressalta-se a importância das invariantes urbanísticas para o património das cidades de influência portuguesa, como fator comum que as une dentro de um mesmo contexto. Espera-se que com o avançar desta discussão, se possa contribuir com as políticas de patrimonialização e para a atribuição de valores patrimoniais a estes sítios urbanos.

## **Introdução**

O presente artigo foi elaborado no âmbito da disciplina “Desconstrução da Cidade Portuguesa”, que tinha como proposta discutir a problemática da existência ou não de um modo português de “fazer cidade”. Neste sentido, este ensaio pretende discutir alguns aspetos que são comuns às cidades de influência portuguesa, referentes à produção urbana

e que atualmente compõem valores tangíveis e intangíveis dos seus respectivos patrimônios. Além disso, se soma a este ensaio, alguns resultados de um trabalho da unidade curricular “Processos e Territórios da Expansão Colonial Portuguesa”, onde foram desenvolvidas análises sobre alguns casos de estudo.

Este tema será discutido com base em alguns textos produzidos por Rossa (2002; 2012; 2014; 2015), cujo eixo de investigação está centrado na cultura do território portuguesa. Destaca-se também como base bibliográfica, estudos realizados no âmbito da coletânea “Património de Origem Portuguesa no Mundo” (MATTOSO, 2010) e “Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar” (ROSSA & RIBEIRO, 2015). A discussão tem como objeto, cidades que foram capitais de antigos territórios coloniais, aqui entendidas como palco do exercício de poder dos colonizadores portugueses, nas diversas escalas. O universo a ser tratado é aquele decorrente dos impérios portugueses, tendo em conta um alcance de cidades com contextos e realidades completamente distintos, na América Latina, África e Ásia. Pretende-se analisar as cidades a partir de uma dimensão empírica e discutir alguns aspetos desenvolvidos na referida disciplina, com foco para os fatores comuns ao urbanismo português presentes tanto nas cidades de Portugal, como nas cidades de suas ex-colônias. Partindo deste pressuposto, pretende-se verificar como tais aspetos fazem parte de um conjunto de valores que podem ser atribuídos aos sítios urbanos envolvidos no tema, permitindo ampliar a perceção e o significado destes patrimônios.

Parte-se do entendimento de que há uma relevante familiaridade entre as cidades das ex-colônias portuguesas, ainda que se reconheça que não houve necessariamente uma importação de modelos de Portugal, conforme afirma Pessoa (2015): “É essa linguagem comum das nossas formas arquitetónicas, e dos traçados das nossas cidades que fazem delas, apesar de acrescentadas, modificadas e transformadas em cada uma das regiões, portanto, criações locais sempre singulares, parecem-nos absolutamente familiares.” (PESSÔA, 2015:474). Essa familiaridade integra cidades, ainda que de diferentes geografias, em um mesmo contexto, cuja representação de discursos, valores e fatos históricos fazem parte de um património comum.

**Um modelo urbanístico português?**

Ainda que se considere as diversas familiaridades existentes entre as cidades do universo de influência portuguesa, é muito comum que este contexto cultural não apareça como campo principal de estudos comparativos sobre o urbanismo das cidades coloniais. A título de exemplo, as “cidades portuguesas” do Brasil são constantemente comparadas às “cidades espanholas” de outros países da América Latina, em função da sua temporalidade e dos seus espaços geográficos. Este tema foi amplamente tratado durante muitos anos, com comparações entre o urbanismo das cidades brasileiras com as demais latino-americanas, como por exemplo, em Holanda (1936), no clássico “Raízes do Brasil”. Em sua teoria do ladrilhador e do semeador, o autor associa o urbanismo português (semeador) a uma suposta “desordem” ou falta de rigor, a partir de uma comparação com as formas do urbanismo espanhol, de modelo urbanístico de malha reticulada e regular (ladrilhador).

Segundo Rossa (2014), as colonizações espanholas e portuguesas são frequentemente comparadas pelo fato de existirem fronteiras em comum e influências complementares e recíprocas nas suas colônias. Em seu texto “A Jangada de Pedra”, o autor utiliza da alegoria da transladação geográfica da Ibéria no mar entre continentes, para tratar do processo de expansão e recomposição da civilização ocidental, que teve como armas a língua, o credo e a urbanização, sendo que a última foi a que mais se impôs nos territórios. Tendo os processos históricos de Espanha e Portugal sido praticamente os mesmos – invasões romana, germânica e islâmica – ambos estabeleceram matrizes culturais que os diferenciaram do resto da Europa e que foram levadas para seus territórios ultramarinos.

No mesmo texto, o autor questiona se haveria então um modelo urbanístico ou uma regra para o urbanismo português nas suas possessões coloniais. Entretanto, é fundamental mencionar que os portugueses se depararam com uma enorme variedade de situações desde o início da expansão no século XVI – precisando se adaptar a diferentes às pré-existências, sociedades, geografias, etc. Diante disso, é difícil fazer referência a um modelo urbanístico, já que as respetivas ocupações urbanas se deram das mais diversas formas.

Neste sentido, Rossa (2015), em “Urbanismo ou o discurso da cidade” trata da urbanística enquanto um tipo de gramática, o que pode ser interessante para perceber fatores comuns determinantes de imagens e identidades familiares de alguns espaços urbanos. Deste modo, o urbanismo pode ser entendido como uma linguagem, por ser constituído – como as línguas – por um sistema de signos. O conceito de gramática urbanística interessa

enquanto alegoria simplificativa, numa perspectiva comparativa e estruturante, considerando a gramática enquanto sistema e não como uma lista de regras. Para o autor, a gramática urbanística pode conter categorias como a morfologia e sintaxe, relacionadas aos aspectos estruturais e à forma; a fonologia e semântica, relacionados à transmissão, no caso, a imagem da cidade; ou mesmo a pragmática (ou usos da linguagem), que se refere ao sítio e a sua relação com o território e com outros discursos urbanísticos. Outro conceito proposto pelo autor a este respeito é o de hipertexto, usado para tratar das relações que o discurso urbanístico de uma cidade estabelece com os de outras. Ou seja, o discurso da cidade como caracteres azuis que a remete para outras cidades, o que para o autor, cria redes urbanas cujas relações são necessariamente patrimônio cultural.

Assim, outro conceito importante trabalhado por Rossa (2015) é o de patrimônio urbanístico, que se refere a um conjunto de regras estruturais que tem implicações construtivas, espaciais ou arquitetônicas, que por sua vez garantem as características centrais da identidade do contexto urbano. Para o autor, o patrimônio urbanístico implica em um sistema de valores, instituídos como “invariantes”, que faz com que a evolução decorra no espaço, sem que se perca o que o conecta com sua comunidade e sua cultura. São algumas invariantes neste caso: o sistema de divisão de propriedade e sua relação com os espaços públicos; representações de poder; sistemas compositivos e proporções, etc. Assim, ainda que não haja um modelo fechado para o urbanismo português, as invariantes aparecem como fatores para integrar o patrimônio urbanístico de uma cidade, ou mesmo, um conjunto de cidades. Ou seja, as invariantes são aqueles aspectos comuns às diversas cidades de influência portuguesa, ainda que estas estejam territorialmente separadas.

### **Estruturas urbanísticas nas cidades de influência portuguesa**

No caso das primeiras ocupações urbanas estabelecidas no Índico, por exemplo, o urbanismo foi fruto de um processo de adaptação de estruturas preexistentes, ou a partir da instalação de uma feitoria, mais tarde convertida em fortificação, que dava origem a um núcleo urbano. Segundo Rossa (2014), não havia condições ideais mínimas para uma estruturação planejada, ou seja, não era possível estabelecer um arquétipo. Já nos casos mais tardios, foi possível uma estruturação mais planejada, como no caso do núcleo urbano de Baçaim na Índia.

No início do século XVI, o norte da Índia representava a área com maior sucesso econômico do Império Português no oriente, em que Baçaim tinha uma enorme relevância econômica, como sede da Província do Norte. A cidade (atualmente em ruínas) era limitada por muralhas e possuía um traçado constituído por quarteirões, que ganhavam forma a partir das fachadas dos edifícios. É interessante notar, que a presença do poder português no meio urbano se manifestava na praça principal da cidade. A praça, que surgiu junto à fortificação, tinha papel central como estruturadora do núcleo urbano, como o centro de convergência de suas ruas. Este era também o local onde se encontravam os seus mais importantes edifícios públicos: o palácio do Governador, a Casa de Câmara, o convento, a Misericórdia, bem como o Pelourinho. (ver figuras 1 e 2)

Assim como em Baçaim, a cidade de Luanda, capital do território angolano desde meados do século XVII, tinha o palácio do governador localizado em uma praça associada à fortificação, também estruturadora do tecido urbano. A cidade de Luanda, que se desenvolveu em função do tráfico de escravos para as Américas, era dividida entre a cidade baixa, onde se localizavam os principais equipamentos ligados ao comércio e a cidade alta, onde se localizava a fortaleza, as representações militares, civis e religiosas. Além disso, a praça do palácio, localizada num plano na cidade alta, ganhava destaque na paisagem por sua posição privilegiada. (ver figuras 3 e 4)

No caso do Brasil, a expressão urbanística portuguesa se deu a partir da segunda metade do século XVI, com a criação do Governo Geral, quando foi fundada sua sede, que se tornou a primeira cidade portuguesa na América do Sul – Salvador. A cidade teve um projeto preocupado com a quadrícula, mas de forma a adaptar o desenho dos logradouros ao sítio, ou seja, sem o rigor geométrico-ortogonal. O tecido foi estruturado por duas praças: uma para o poder civil e outra para o poder religioso. Pelas características funcionais da cidade, como também pelas características do sítio geográfico onde foi implantada, a cidade de Salvador se assemelha a Luanda, por ser igualmente dividida entre cidade alta, onde estavam localizadas as representações de poder, e a cidade baixa, ligada às atividades comerciais.

Em outros casos, como nas vilas que surgiram em função da atividade mineradora no interior do Brasil, o relevo acidentado dificultava uma estruturação regular do tecido urbano, o que serve para ilustrar um pouco da diversidade de contextos morfológicos com os quais os portugueses tinham que lidar na prática urbanística. Para ilustrar com um exemplo, vale falar do caso de Vila Rica (atual Ouro Preto), capital da capitania de Minas

Gerais no século XVIII, cuja estruturação do tecido urbano se dava a partir de um módulo que era o lote, e já não o quarteirão. Ou seja, os logradouros, que de uma forma geral seguiam o traçado das curvas de nível, eram estruturados a partir da disposição dos lotes. Assim como em diversas cidades portuguesas, o padrão fundiário da vila também apresenta lotes estreitos, ocupados com edificações sem afastamento lateral, de modo a otimizar ao máximo a ocupação dos logradouros. Outro aspeto comum é o fato de que as ruas, largos ou praças eram formados a partir da fachada das edificações. Além disso, a praça com o palácio do governador, também continha alguns dos principais equipamentos públicos da cidade, como a Casa de Câmara e Cadeia, a Misericórdia e o Pelourinho. (ver figuras 5 e 6)

Considerando estes casos, é possível concluir que a urbanística de influência portuguesa se desenvolveu de forma a se adaptar aos diferentes contextos geográficos, às diferentes condições morfológicas dos sítios, às preexistências etc., o que não quer dizer que tenha como base uma configuração desordenada. Assim, é possível ponderar que tal flexibilidade na adaptação urbanística seja um reflexo da própria flexibilidade da estrutura institucional que marcou os Impérios Portugueses. Em geral, é possível verificar que não necessariamente a forma urbana é o fator que confere “familiaridade” às cidades de influência portuguesa, mas o modo de estruturar os logradouros, a maneira de dispor os edifícios hierarquicamente nos espaços e, principalmente, o seu conteúdo programático. Com base nestes aspetos analisados em cada cidade e no texto “Recenceando as Invariantes: Alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico” (ROSSA, 2002), é possível verificar a existência de algumas invariantes urbanísticas que as compõem:

- A existência de um padrão morfológico e cadastral regular: ou seja, a ênfase no desenho do lote como unidade organizadora do tecido urbano. Verifica-se que esta invariante é, de fato, primordial no desenho das cidades de influência portuguesa, sejam elas de traçado mais ou menos regular, como mencionado. De um modo geral, estes lotes são ocupados por edificações sem afastamentos laterais, o que implica numa maior otimização na distribuição das infraestruturas urbanas. Vale referir também, que essa composição urbana por lotes estreitos não é característica apenas do urbanismo concebido pelos portugueses no ultramar, mas já fazia parte da cultura urbanística portuguesa desde os séculos XI e XII, nas vilas fundadas pelos cristãos no território de Portugal;

- O traçado e dimensionamento global em função do espaço público: o espaço público é algo marcante e crucial na cidade portuguesa. A disposição das edificações no lote, abertas para os logradouros (e não para pátios internos), é uma característica comum nas mais diversas cidades. A importância das fachadas, alinhadas ao logradouro, seja pelas proporções e pela métrica, seja pela preocupação com esta parte da edificação, em contraponto com os fundos dos lotes (em geral, sem regras compositivas) demonstram isto.

- O mono-direcionamento da malha e correspondente hierarquização de ruas e travessas: esta hierarquização impõe na cidade ordem em relação à importância de cada espaço, tanto a hierarquização das vias de acesso aos principais locais, ou saídas dos núcleos urbanos, quanto na representatividade das praças e largos, seja pelos poderes centrais, provinciais ou locais, ou pela religiosidade, pelas funções militares, comerciais, etc.

- A integração estrita da arquitetura nesse sistema de relações regulares e proporcionais e consequente florescimento de uma arquitetura de programa: segundo Rossa (2002), o conceito de arquitetura de programa é crucial para o urbanismo português, e é o que dá o “ar de família” de inúmeros trechos de cidades de matriz portuguesa. Esta invariante pode ser comprovada nos exemplos das praças onde se situavam os edifícios do poder local ou provincial (Casas de Câmara ou Palácios dos Governadores). Estas praças representavam o poder da Coroa sobre o território colonial, e assim, nelas eram dispostos os diversos equipamentos públicos que atendiam à população (a misericórdia, o pelourinho, colégios, etc.), como uma forma de mostrar a presença e o poder real nestes locais.

### **A gramática urbanística como valor patrimonial a salvaguardar**

Tendo em conta as noções trabalhadas até então neste texto, cabe iniciar a discussão acerca do valor patrimonial das invariantes de influência portuguesa. Como se sabe, o conceito de patrimônio cultural atualmente não é limitado à materialidade dos monumentos, sítios arqueológicos, às coleções de objetos e obras de arte. Ressalta-se então, a importância do patrimônio intangível das cidades – assunto que vem sendo amplamente discutido na atualidade (UNESCO, 2003). São considerados patrimônios intangíveis as tradições e expressões vivas que passam por gerações, desde as tradições orais, performances, conhecimentos, etc. Neste sentido, Jigyasu (2015) ressalta que o

patrimônio intangível é indissociável do tema da cidade, o que deve ser considerado nos processos de planejamento urbano.

Contudo, é importante ressaltar, e essa é a mais importante contribuição deste trabalho, que a questão da intangibilidade do patrimônio urbano pode também estar ligada à gramática urbanística. Neste sentido, as invariantes, tratadas no texto, e que são comuns às diversas cidades da expansão portuguesa, possuem um significativo valor patrimonial, não apenas para cada sítio isolado, mas também, em uma visão global, de um patrimônio comum: o patrimônio de influência portuguesa. Para Jokilehto (2006), o processo de criação de um determinado bem material também é patrimônio, pois todo trabalho artístico é resultado de um processo criativo no qual se cria uma realidade física. Assim, o modo de “fazer cidade” ou a “cultura urbanística” podem ser considerados como aspectos intangíveis do patrimônio urbano, e este é um valor essencial na leitura das cidades de influência cultural portuguesa.

A partir disso, é necessário enfatizar que se considera esta cultura comum – de influência portuguesa – somada às diversas identidades autônomas, o que resulta em expressões culturais próprias de cada uma das cidades, e por este motivo, optou-se sempre por utilizar do conceito de influência como alternativa ao conceito de matriz ou origem. Para Araújo (2015), o termo “matriz” estaria associado às noções de processos geracionais, a matriz enquanto mãe, o que liga à ideia de “[...] sistemas de reprodução de base formal e repetitiva nos quais a matriz é precisamente o molde, ou o modelo a ser utilizado como padrão.” (Araújo, 2015: 47) Algumas características morfológicas das cidades coloniais portuguesas estão ligadas à matriz, apesar de que, como se viu, o urbanismo em si não possa ser considerado uma “filial” desta matriz.

Os demais conceitos facilitam esta compreensão, como o conceito de origem. O termo “origem” tem relação com uma referência geográfica, ou seja, uma identificação com o local de início, que implica na relação espaço-tempo. O patrimônio de origem portuguesa, leva à noção de que este teve seu berço ou seu local de nascimento em Portugal, o que também não se aplica no caso das cidades coloniais e no urbanismo da expansão, que é melhor caracterizado pela noção de influência.

Para a autora, “influência” pode ser entendida como “[...] a ação exercida por algo ou alguém sobre um lugar, um fenômeno ou uma pessoa.” (Araújo, 2015: 48). Além disso, influência remete a fluxo, num processo sutil, difuso e prolongado no tempo. Por se tratar



de um processo de fluxo, a influência pode ser recíproca, e remeter à possibilidade de troca. “[...] o que define e caracteriza é menos o modo e mais o efeito. A influência vê-se pelo resultado, embora não se possa sempre dizer como ele foi obtido.” (Araújo, 2015: 48). Sendo assim, a noção de “influência” é fundamental para uma análise sobre os aspectos comuns a diversas cidades, pois trata-se de algo que já está posto e que nos diversos territórios, por meio de um processo de trocas culturais, produziram o “urbanismo de influência portuguesa”.

É importante ter em conta, que ao longo dos séculos, até os dias atuais, muitas destas cidades se desenvolveram, se transformaram, e acumularam diversos layers que nem sempre são associados à influência portuguesa. Nestes contextos, a gramática urbanística tem um valor fundamental, pois em alguns casos, ainda que os edifícios sejam demolidos, a estrutura urbana se mantém e a gramática urbanística continua, de certo modo, inscrita no espaço das cidades, representando discursos de poder, de religiosidade, linguagens, registros históricos e dos modos de fazer cidade. Vale mencionar que segundo Lamas (2004), o traçado é um dos elementos mais claramente identificáveis da cidade e possui caráter permanente e não é facilmente modificável, como as construções, os materiais, etc., que lhe permite resistir às transformações urbanas.

Entretanto, é recorrente, que muitas vezes, tais fatores sejam deixados de lado tanto nas políticas de preservação e de reabilitação, quanto nas de planejamento urbano. Em muitos casos, as normativas de patrimônio se limitam a exigências de tipos de materiais, técnicas, cores, forma, etc. ou simplesmente permitem que tal estrutura seja perdida ou alterada. A falta de uma preocupação das políticas de patrimônio em relação à forma dos lotes por exemplo, ao permitir que sejam parcelados ou subdivididos, o que pode ter consequências graves na arquitetura de novas edificações erguidas e conseqüentemente na paisagem da cidade, prejudicando a legibilidade do seu patrimônio.

Para Rossa (2015), a estrutura urbanística pode preservar valores e heranças que determinam o espaço urbano, e ajudam a manter a identidade da cidade. Assim, a estrutura urbanística, como fator comum que une as diversas cidades da expansão portuguesa, possui enorme valor patrimonial, não apenas para cada sítio isolado, mas também, em uma visão global, de um patrimônio comum, de influência portuguesa. Deste modo, ao se reconhecer a gramática urbanística de influência portuguesa como um valor patrimonial a ser salvaguardado pelos processos de patrimonialização destes sítios,

podem surgir novas respostas e novas abordagens para o tratamento do patrimônio construído das cidades.

### **Considerações Finais**

A partir deste breve ensaio e dos aspectos discutidos, foi possível perceber a importância das invariantes urbanísticas para o patrimônio das cidades de influência portuguesa, como fator comum que as une dentro de um mesmo contexto. É interessante notar como que não há necessidade de ater a contextos geográficos ou temporais quando o tema é a cultura urbanística das cidades coloniais, pois ao se extrapolar limites impostos por contextos geográficos estes sítios ganham novos significados e valores patrimoniais ainda mais amplos.

Espera-se que com o avançar com esta discussão, se possa contribuir com as políticas de patrimonialização, que iniciam a partir da atribuição de valores aos sítios urbanos. E assim, ao atribuir valor patrimonial às invariantes (como a forma dos lotes, a métrica, os conteúdos programáticos, a hierarquização dos espaços na cidade, etc.) será possível tratar, de fato, de um patrimônio urbanístico, e não apenas de monumentos isolados ou conjuntos de edificações. Ou seja, trata-se de um tema crucial a ser levado rigorosamente em conta nas políticas de conservação e principalmente, nas políticas urbanas.

Cabe ainda propor um questionamento para trabalhos futuros sobre os elementos de continuidade na urbanística pós-independência nestes países. Existe ainda uma continuidade da cultura urbanística portuguesa nestes locais? Como a influência da cultura portuguesa se manifesta nas cidades atuais?

### **Referências Bibliográficas:**

ARAÚJO, Renata (2015). *Influência, origem, matriz*. In: ROSSA, W.; RIBEIRO, Margarida C. (orgs.) *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

*Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial* (2003). Paris: UNESCO. In: LOPES, Flávio; CORREIA Miguel B. (2014). *Património Cultural – Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Lisboa: Caleidoscópio.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (1936). *Raízes do Brasil*. Lisboa: Gradiva, 2000.

JACOB, Berta (2011). *A Toponímia de Luanda: Das memórias coloniais às pós – coloniais*. Dissertação (mestrado em Estudos do Património) – Universidade Aberta. Lisboa.

JIGYASU, Rohit (2015). *The Intangible Dimension of Urban Heritage*. In: BANDARIN, F.; OERS, R.V. (orgs.) *Reconnecting the City: The Historic Urban Landscape Approach and the Future of Urban Heritage*. Oxford: Wiley Blackwell.

JOKILEHTO, Jukka (2006). *Considerations on authenticity and integrity in world heritage context*. City & Time. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2006/CT-2006-44.pdf>. Acesso em: 08/11/2016.

LAMAS, J.M.R (2004). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MATTOSO, José (dir.) (2010) *Património de Origem Portuguesa no Mundo. Arquitectura e Urbanismo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ROSSA, Walter (2002). *Recenceando as Invariantes: Alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico*. In: V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Universidade do Algarve – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

ROSSA, Walter (2012). *(des) Construção da cidade portuguesa: urbanização e conceito*. Coimbra: relatório da unidade curricular apresentado à Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de Agregado em Arquitetura.

ROSSA, Walter (2014). *Jangada de Pedra: Alegoria da difusão da urbanística europeia na 1ª modernidade*. In: Reunião Internacional de Coimbra da Rede PHI.

ROSSA, Walter (2015). *Urbanismo ou o discurso da cidade*. In: ROSSA, W.; RIBEIRO, Margarida C. (orgs.) *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

## Figuras



**Figura 1:** Planta de Baçaim, 1635. Fonte: [http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id\\_fortaleza=745](http://fortalezas.org/?ct=fortaleza&id_fortaleza=745).



**Figura 2:** Praça de Baçaim. Em amarelo, o Palácio do Governador; em vermelho, edifícios religiosos e em azul, equipamentos civis. Fonte: Google maps modificado pela autora.



**Figura 3:** Perspectiva da Cidade de S. Paulo de Loanda, desenhada em 1816. Fonte: Jacob, 2011.



**Figura 4:** Praça de Luanda. Em amarelo, o Palácio do Governador; em vermelho, edifícios religiosos e em azul, equipamentos civis. Fonte: Google maps modificado pela autora.



**Figura 5:** Mapa de Vila Rica. Fonte: Reis Filho, 2000, p.215



**Figura 6:** Praça de Vila Rica. Em amarelo, o Palácio do Governador; em vermelho, edifícios religiosos e em azul, equipamentos civis. Fonte: Google maps modificado pela autora